

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2024-04-04

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Adinolfi, G. (2023). Populismo e antiliberallismo: Os casos do Movimento 5 Estrelas, Liga e Irmãos da Itália. In André Freire, Guya Accornero, Viriato Queiroga, Maria Asensio, José Santana Pereira, Helena Belchior Rocha (Ed.), *Da austeridade à pandemia: Portugal e a Europa entre as crises e as inovações*. (pp. 297-311).: Mundos Sociais.

Further information on publisher's website:

<https://www.mundossociais.com/>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Adinolfi, G. (2023). Populismo e antiliberallismo: Os casos do Movimento 5 Estrelas, Liga e Irmãos da Itália. In André Freire, Guya Accornero, Viriato Queiroga, Maria Asensio, José Santana Pereira, Helena Belchior Rocha (Ed.), *Da austeridade à pandemia: Portugal e a Europa entre as crises e as inovações*. (pp. 297-311).: Mundos Sociais.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Capítulo 18

Populismo e antiliberalismo

Os casos do Movimento 5 Estrelas, Liga e Irmãos da Itália

Goffredo Adinolfi

Introdução

A crise da democracia representativa é, desde o princípio dos anos 1960, provavelmente um dos assuntos mais controversos na política contemporânea. Todavia, é com a chegada dos anos 2000 que o tema se torna ainda mais complexo. Viktor Orbán que, desde 2010, é o primeiro-ministro húngaro, proclamou, em 2014, que a era da democracia liberal tinha acabado.¹ As palavras do primeiro-ministro magiar revelam que a crise não envolve, necessariamente, a democracia em si mesma, mas sim a sua forma liberal.

O objetivo deste capítulo é o de explorar as raízes da multifacetada ideia de representação em Itália. Isto é, explicar as diferenças e as continuidades do pensamento não liberal e como estas se refletem na engenharia constitucional nas suas diferentes vertentes e em comparação com o liberalismo.

Objetivos e metodologia

Na Europa, as difíceis medidas tomadas para responder à crise económica de 2008 e limitar a pandemia a partir de 2020 destabilizaram e alimentaram uma vaga populista que atingiu os vários países de forma diferente. O objetivo deste capítulo é o de analisar o modelo de representação proposto pelo Movimento 5 Estrelas, Irmãos da Itália e Liga. Isto é, explicar os níveis de coerência dos programas políticos destes partidos com o modelo populista a partir dos projetos de reforma constitucional.

Este capítulo baseia a sua análise num leque relativamente alargado de documentos oficiais apresentado pelos partidos que essencialmente podem ser divididos em dois grupos: os manifestos eleitorais para as eleições legislativas (2013-2018) e

1 “Full text of Viktor Orbán’s speech at Baile Tusnad (Tusnádfürdő) of 26 July 2014”, acessado a 20 de março de 2022 e disponível em: <https://budapestbeacon.com/full-text-of-viktor-orbans-speech-at-baile-tusnad-tusnadfurdo-of-26-july-2014/>.

europeias (2015-2019), segundo as propostas de reforma constitucional apresentadas no Parlamento.

Neste sentido, o capítulo centra-se na relação liberalismo-antiliberalismo, tal como o primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán moldou o debate à volta desses novos regimes: as democracias iliberais. O centro da análise é, portanto, o da engenharia institucional, tendo em consideração partidos relativamente recentes como Irmãos de Itália, ou a versão completamente reformada da Liga Norte — partido regionalista — que passou chamar-se Liga e se transformou num partido soberanista.

A principal característica deste modelo é o de uma democracia aparentemente direta e de uma hiper-representação que encontra nas novas tecnologias, como as redes sociais e as ferramentas de voto *online*, uma forma de reverter mecanismos de democracia indireta, como a liberal, baseada na representação de partidos ou de figuras políticas (De Blasio e Sorice, 2020: 127-147).

As forças antiliberais no Parlamento

Na última década, Itália viveu uma série de eventos que modificaram profundamente o seu panorama político: a crise económica de 2008, o colapso do governo liderado por Silvio Berlusconi, em 2011 (Russo e Verzichelli, 2020: 50-65). Esta foi uma crise tão profunda que levou o Presidente da República, Giorgio Napolitano, a nomear, em novembro de 2011, para a presidência do conselho de ministros, uma figura externa ao campo político: o professor universitário Mario Monti, num governo composto quase inteiramente por técnicos e apoiado por todas as forças políticas. Fatores endógenos e exógenos em combinação jogam um papel fundamental na transformação dos equilíbrios internos de um determinado sistema político.

Desde então, o comportamento de voto dos italianos modificou-se sensivelmente de eleição para eleição. Em 2013, o Movimento 5 Estrelas (M5S) foi o partido mais votado nas Legislativas. Em 2018, o M5S continuou em primeiro lugar e a Liga de Matteo Salvini ficou em terceiro lugar, muito próxima do segundo. Foi a revolução populista que deu lugar a um governo composto pela Liga e pelo M5S que, no entanto, entrou rapidamente em crise.

Representação

Em 1789, a revolução francesa aboliu definitivamente a ideia da legitimação divina do poder, desde então, a soberania popular tornou-se a nova fonte de legitimação. De acordo com este princípio, a classe dirigente tem de agir em conformidade com a vontade do povo. Dito de outra forma, a classe dirigente tem de ser representativa ou representar os interesses dos cidadãos. Desde então, este princípio apenas, ou quase exclusivamente, foi recusado por grupos do *Ancien Regime*. Fascistas, socialistas e movimentos populistas propõem uma diferente interpretação do princípio representativo, em relação à que fora proposta pelo regime liberal ou pelo regime liberal-democrático, mas sempre baseada na ideia de representação.

A representação, isto é, a ligação indivíduos-poder, pode assumir diferentes formas e, portanto, deve ser definida independentemente de um regime específico. A representação política acontece quando atores políticos falam, simbolizam e agem em nome de outros na arena política. Conforme a definição de Pitkin, representação é a atividade de tornar presentes as identidades, os interesses e as realidades sociais ausentes no *policy making process* (Pitkin, 1967: 45).

Representação é uma relação constitutiva que não implica simplesmente uma relação de espelho de identidades pré-existentes (Ballacci, 2019). Não é um mero ato mecânico de defesa de interesses definidos, mas essencialmente contribui para criar estas identidades. O processo de construção das identidades, interesses e realidades sociais dos representantes e dos representados é performativo, ou seja, é construído através do discurso (Saward, 2010; Laclau, 2005; Pitkin, 1967). Portanto, o objetivo mais importante do ato performativo é estabelecer identidades políticas que são o produto da lógica da representação.

Na sua estrutura mais simples, a representação é composta por dois níveis diferentes: o *claim maker* (sujeito da declaração performativa) e o auditório (o objeto da declaração performativa). A representação é baseada numa relação dialética que opõe o persuasor e o auditório. O auditório julga e avalia a declaração performativa do *claim maker*. Neste contexto, as relações políticas não são consequências inevitáveis da natureza humana, mas são construídas socialmente e historicamente. É nesta relação de julgamento e persuasão sobre a representatividade, moldada pela estrutura externa, que encontramos o locus da natureza da representação (Saward, 2010).

Na determinação da representação são quatro os elementos fundamentais que agem e competem entre si: representantes, representados, sistemas políticos e tecnologia. Foi dado um grande destaque aos sistemas políticos nas suas duas vertentes realizadas: o partido político único (fascista e socialista) e a democracia liberal representativa.

Por conseguinte, a representação sofre uma constante transformação que é consequência da transformação dos fatores envolvidos no processo (históricos e sociais). Estas transformações podem acontecer dentro do molde de um regime político particular ou podem originar até uma transformação do mesmo.

A crise do pensamento liberal contemporâneo baseia-se, portanto, em mudanças estruturais e nos eventos por ela determinados. Também o fascismo conseguiu consolidar-se num contexto em que os partidos liberais não tinham percebido as grandes transformações do final do século XIX e princípio do século XX e o da nacionalização das massas. Hoje, como antes, as relações entre o poder político e os indivíduos transformam-se e procuram novos equilíbrios. E hoje, como antes, a tecnologia tem um papel fundamental na determinação desta ligação.

A primeira fase do Movimento 5 Estrelas e a democracia liberal representativa (2009-2019)

Em janeiro de 2005, Beppe Grillo, juntamente com Gianroberto Casaleggio, cria um blogue de informação e denúncia. No decurso de poucos meses, os *posts* do cómico genovês tornam-se um dos pontos fundamentais de referência na rede.² Grillo consegue impor-se no espaço mediático como único ponto de referência para o eleitorado insatisfeito.

No mês de outubro seguinte, a revista Time inclui-o entre os European Heroes de 2005 e, em dezembro, vence o prémio do jornal económico italiano *Il Sole 24 Ore* como melhor sítio *web* de informação (Adinolfi, 2016: 75). Ou seja, o período que antecede a criação do M5S caracteriza-se por uma transformação da figura de Grillo que, de cómico, se transfigura num empreendedor político, ocupando um espaço cada vez menos controlado: o das denúncias contra a casta, tanto política como económica.

Quase contemporaneamente ao blogue, nascem também grupos de encontro e de coordenação através da plataforma *Meet Up*.³ A ideia era promover e dar expressão a batalhas locais e permitir a participação de cidadãos não afiliados em partidos políticos. Milhares de novos ativistas, que jamais tinham participado antes (Biorcio, 2015), avizinham-se, através dos *Meet Up*, à política ativa. Constrói-se, deste modo, uma rede de ativistas que, a partir do mundo virtual, se encontram no mundo real.

Outro aspeto de um movimento que de virtual passa a real será a grande mobilização do *V-day* de 8 de setembro de 2007 em Bolonha e noutras cidades italianas, cujo objetivo era o de fomentar uma recolha de assinaturas para a promoção de uma lei de iniciativa popular sobre os temas da representação — direta — contra a profissionalização da política e da corrupção.

Quando, a 4 de outubro de 2009, é lançado por Grillo e Casaleggio o Movimento 5 Stelle, pôde contar com um consolidado grupo de convictos apoiantes. As 5 estrelas — ambiente, água, energia, desenvolvimento e transportes — representam aqueles que são, pelo menos numa primeira fase, os valores fundamentais do Movimento (Biorcio, 2013).

O encontro mais importante é, todavia, o das eleições para a renovação do Parlamento de fevereiro de 2013. A batalha pelas eleições para a Camera dei Deputati é lançada com um videodiscurso de outubro de 2012. Num contexto em que os partidos políticos aparecem na opinião pública comprometidos com os cortes ao orçamento feitos pelo governo técnico liderado por Mario Monti, é fácil para o 5 Estrelas congragar consensos.

2 “Forbes: Grillo è il settimo blogger al mondo”, acessido a 20 de março de 2020 e disponível em: <https://www.webnews.it/2009/02/02/forbes-grillo-e-il-settimo-blogger-al-mondo/>.

3 *Meet up* é um site da internet que oferece a possibilidade aos internautas de auto-organizarem atividades presenciais nas suas localidades, isto é: favorecer a passagem do *online* para encontros diretos. Esta ferramenta foi utilizada em Itália por grupos de cidadãos para se organizarem territorialmente e terem o apoio dos 5 Estrelas, ou por grupos de ativistas 5 Estrelas para gerirem a atividade política. A retórica era a da auto-organização fora dos moldes partidários.

Nas eleições legislativas de 2013, o Movimento 5 Estrelas é a formação mais votada. Todavia, devido às regras da lei eleitoral que garantiam um prémio de maioria à coligação de forças e não a um partido singular, os *pentastellati* não conseguem ter o grupo parlamentar mais numeroso.⁴

A ideia central a toda a construção do movimento, pelo menos a nível teórico, é a de reconstruir a relação entre cidadão e Estado de uma maneira direta e sem mediação de corpos intermédios. Contudo, os projetos de uma mudança da democracia italiana de liberal representativa para direta são claros. O instrumento que, na visão do movimento, torna obsoletos os partidos, sindicatos e um certo modo de fazer informação são as redes sociais (Casaleggio e Grillo, 2011). Substancialmente, o que Grillo apresentou foi uma autêntica subversão dos princípios basilares da democracia representativa liberal e a introdução de um modelo fluido/democrático. O conceito de representação é recusado, os eleitos são simples porta-vozes dos inscritos e a rede é o lugar onde cada decisão deve ser tomada. Todos os candidatos devem passar através de eleições primárias, nas quais podem participar aqueles que estão inscritos no sítio do movimento, alojado nas páginas do blogue de Beppe Grillo, aonde a tomada de decisão era centralizada.⁵

“Os partidos substituíram-se à vontade popular e subtraída ao seu poder de juízo” (M5S, 2013: 1-2), por isso, por um lado é necessário reduzir o poder dos partidos, por exemplo com a ideia que estes podem e devem ser financiados com dinheiros públicos. Por outro lado, é necessário, segundo o programa do Movimento, reforçar os instrumentos de participação direta nas decisões políticas dos cidadãos (M5S, 2013: 2).

As eleições europeias de 2014 marcam provavelmente uma separação muito importante no processo de estabilização e determinação do M5S. No texto programático “Vinciamo noi” (Modigliani, 2014: XIX) Casaleggio e Grillo apresentam o programa para a campanha para o Parlamento Europeu. A posição do M5S é, aparentemente, não contrária à União Europeia e a uma construção em sentido federal do continente, desde que cada nação se una voluntariamente (Modigliani, 2014: XXII). Se, por um lado, a proposta, aproximando-se uma vez mais de temas próprios da esquerda alternativa, é a de propor a abolição do *fiscal compact* e os limites do *deficit* de balanço (Modigliani, 2014: 57-58), por outro lado o projeto do M5S alinha-se com um antieuropeísmo de tipo clássico, no qual é a moeda comum, e não as políticas que lhe estão subjacentes, a ser posta em causa. Propõe-se a introdução de uma dupla moeda: uma para a Alemanha, Holanda e outras nações do Norte e a segunda para as nações do Sul (Modigliani, 2014: 70). Portanto, como é óbvio, isto significaria o fim do euro como tinha sido concebido até então.

Entrar nas instituições, porém, significa dever tomar posições concretas e, após um processo de negociação, os 5 Estrelas decidiram integrar o grupo da Europe of Freedom and Direct Democracy, juntamente com os partidos da direita

4 “2013 Italian general election”, acedido a 3 de março de 2022 e disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/2013_Italian_general_election.

5 “Le primarie del Movimento 5 Stelle”, acedido a 20 de março de 2022 e disponível em: <https://www.ilpost.it/2012/12/02/le-primarie-del-movimento-5-stelle>.

populista, anti-imigração e eurocética, como o UK Independence Party (Ukip), os alemães da Alternative für Deutschland (AfD) ou os Swedish Democrats (Adinolfi, 2016: 51).

A forte afirmação do MoVimento 5 Estrelas nas eleições legislativas e europeias teve um efeito desestruturante não só sobre o sistema político, mas também sobre a implantação fluida que Grillo procurou dar ao M5S. A ideia de que tudo devesse proceder “de baixo” através de uma rede privada ideológica e estruturada choca com a necessidade de coerência. Começa então uma fase de “uniformização” e, sobretudo no interior do grupo presente no parlamento italiano, começam os processos de expulsão dos deputados acusados de desrespeitar o código de comportamento (Adinolfi, 2016: 77).

Aos poucos, também a relação com os ativistas se torna mais ténue, os *Meet Up* perdem importância e centralidade (Gerbaudo, 2019: 13).

Mesmo a desprofissionalização da política, outro ponto-chave, é, pelo menos momentaneamente, acantonada e do grupo de deputados emerge de forma cada vez mais clara uma nova liderança, reunida num diretório nascido em novembro de 2014 (Adinolfi, 2020: 155).

O M5S parece estar hoje perante uma encruzilhada, entre messianismo e normalização. Segundo as palavras dos fundadores, os 5 Estrelas deveriam representar a resposta àquela que não é simplesmente uma crise económica mas “uma crise cultural (...) véspera de uma potencial revolução e de (...) grandes mudanças epocais”, filha também de uma “difusão ao nível da massa de uma nova consciência coletiva” determinada por “um novo modelo de comunicação coletivo, graças à *web* e às suas aplicações, e de uma nova forma avançada de sociabilização, consentida pela invenção da rede e pela sua capacidade de interconectar cada indivíduo com o resto do mundo” (Casaleggio e Grillo, 2014: 121).

As exigências contingentes e o trabalho institucional levam necessariamente os representantes eleitos, nova elite política, a assumir decisões autonomamente e a criar lógicas próprias nas quais a necessidade de uma autopropetuação entra em colisão com o carácter inicial de desprofissionalização da política (Adinolfi, 2018, 2016).

A representação do povo na ideia da direita populista radical

São dois os principais partidos que hoje em dia ocupam o quadrante da direita populista radical em Itália: Liga e Irmãos de Itália (IdI). Antes das eleições de 2018, a direita populista tinha, a nível nacional, uma representação relativamente baixa.⁶ Entre eles existem diferenças significativas, sobretudo no que diz respeito ao posicionamento internacional, sendo IdI mais próximo do ambiente do nacional conservadorismo estadunidense⁷ e a Liga mais próxima da Rússia.⁸ Existe, todavia

6 Nas eleições legislativas de 2018 a Liga conseguiu 17% e os Irmãos de Itália 4,35%. Ver: https://it.wikipedia.org/wiki/Elezioni_politiche_in_Italia_del_2018 (acedido a 20 de março de 2022).

também um sentido de continuidade e pertença, como veremos mais adiante, no que diz respeito à recusa, mais ou menos frontal, do liberalismo. Uma identidade, a europeia, que se pretende comum baseada na partilha das raízes católicas (Caiani e Carvalho, 2021; McDonnell, 2016; Molle, 2018). Por um lado, a Liga Norte era um partido ausente nas regiões da Itália central e do sul, enquanto Irmãos de Itália obtinha resultados abaixo de 2%. Deu-se um processo de transformação bastante significativo que tem um impacto profundo nos equilíbrios parlamentares e governamentais. Seguidamente, tentaremos desvendar como aconteceu este processo de transformação e quais os projetos institucionais destes dois partidos.

A Liga de Matteo Salvini

Desde que, em 2013, Matteo Salvini se tornou o seu líder, a Liga Norte sofreu um processo de transformação que a levou de uma lógica regionalista até uma nacionalista e soberanista. Esta transformação que levou a Liga a implantar-se também no sul de Itália nunca foi unanimemente aceite dentro do partido e, ainda hoje, a fusão entre a Liga Norte (LN) e a Liga por Salvini Premier (LSP) nunca foi concluída (Adinolfi, 2020: 157). Desde já, porque ainda não é claro quais são os órgãos da LSP e quais as formas de legitimação das decisões tomadas internamente pelo líder. O novo caminho soberanista contrasta muito com a linha dos presidentes das regiões do Norte, ainda ligados aos ideais autonomistas. Isto leva a um conflito permanente entre as duas ideias de partido capaz de levar a Liga para uma nova reformulação.

Projetos de revisão constitucional

A questão à qual iremos responder aqui é: qual é o sistema político proposto pela Liga e em que medida este é coerente com o ideal tipo populista?

O programa proposto por Matteo Salvini nas eleições legislativas de 2018 inclui uma extensa secção sobre este assunto. “Populismo significa devolver a soberania ao povo”, como disse o antigo primeiro-ministro Giuseppe Conte quando liderava o governo composto entre Liga e Movimento 5 Estrelas.⁹ E é este o ponto central do inteiro projeto da Liga, cujo objetivo é o de construir uma verdadeira democracia do povo.

No programa para as eleições legislativas pode ler-se que “a democracia significa poder do povo” (Liga, 2018: 20). A sua essência fundamental é a participação

7 A edição de 2020 do National Conservatism Conference foi organizada em Roma. Entre os oradores estava a líder dos Irmãos d Itália, Giorgia Meloni; ver: <https://nationalconservatism.org/nat-con-rome-2020/>.

8 “Putin’s party signs deal with Italy’s far-right Lega Nord”, <https://www.ft.com/content/0d33d22c-0280-11e7-ace0-1ce02ef0def9> (acedido a 20 de março de 2022).

9 “Se populismo significa restituire al popolo la sovranità, rivendichiamo orgogliosamente di essere populisti”, em <https://twitter.com/giuseppeconteit/status/1072457621255401472?lang=en> (acedido a 22 de fevereiro de 2022).

do povo no governo. Portanto, a primeira questão que deve aqui encontrar uma resposta é: quem roubou a soberania ao povo? Conforme a ideia da Liga, são várias as entidades na raiz desta supressão da soberania popular. Em primeiro lugar, a União Europeia, ou melhor, não propriamente a Europa em si, mas o específico modelo de decisão política sobre o qual a Europa é baseada (Liga, 2019: 9). Tal como acontece no caso polaco, o programa da Liga salienta como a lei nacional deveria estar acima da lei europeia (Liga, 2014: 5).¹⁰ A segunda entidade que retirou a soberania ao povo corresponde às “instituições internacionais”, tal como o Fundo Monetário Internacional (FMI). O terceiro ponto corresponde aos “fundos de investimento soberanos e os biliões de dólares manobrados por eles e a sua capacidade de influenciar as políticas do Estado” (Liga, 2018: 20). O quarto: os corpos da democracia representativa também são culpados desta retirada da soberania ao povo (Liga, 2018: 20).

Estamos perante um discurso de vitimização por parte dos partidos populistas (Al-Ghazzi, 2021: 47) que, em muitos aspetos, não é muito diferente daquele dos partidos de inspiração fascista que nasceram após a Primeira Guerra Mundial (Paxton, 1998: 6). E, tal como os partidos que contestavam o bloqueio, é proposta uma alteração ao princípio da representação.

O objetivo de revisão constitucional proposto pela Liga visa “desenvolver as instituições da democracia direta de forma que sejam corrigidas as distorções da democracia representativa” (Liga, 2018: XX). O projeto de reformas constitucionais da Liga deve ser enquadrado no plano mais amplo do pensamento antiliberal que nos últimos anos se difundiu com particular eficácia na Europa central. De acordo com o pensamento antiliberal, todos os corpos que medeiam entre o povo e o poder, os *check and balances*, devem ser alterados quando não retirados por completo. A legitimação deve ser direta, por baixo e sem obstáculos.

O programa de revisão constitucional da Liga visa uma alteração profunda do equilíbrio entre os três poderes: executivo, judicial e legislativo.

Primeiro, o papel do executivo. Dentro do equilíbrio institucional, a balança dos poderes, atualmente fortemente centrada no poder legislativo, deve ser alterada: o executivo deve tornar-se o novo foco central nas hierarquias dos diferentes corpos do sistema político (Liga, 2018: 21). Defende-se a “eleição de um forte chefe do executivo” que não deve ser nomeado “pelo parlamento” e que tem de ser também o “Chefe de Estado” (Liga, 2018: 21).

Segundo, a independência do ramo judicial e dos juízes deve ser significativamente reduzida, e em todo o caso subordinada ao poder político. Isto de duas maneiras: por um lado, os “juízes devem aplicar a lei e não a fazer” (Liga, 2018: 21), por outro lado, os juízes do Tribunal Constitucional devem ser eleitos pelo Presidente da República (ramo executivo), parlamento e regiões. Nenhum papel na eleição dos juízes da corte constitucional deve ser atribuído ao poder judicial (Liga, 2018: 21).

10 “PM da Polónia diz que lei polaca está ‘acima de qualquer outra’”, aceso a 3 de março de 2022 e disponível em: <https://www.dn.pt/internacional/primeiro-ministro-polaco-reafirma-que-lei-polaca-esta-acima-de-qualquer-outra-14234027.html>.

Em terceiro lugar, o ramo parlamentar. A profunda mudança no equilíbrio dos corpos institucionais proposta no projeto de revisão da Liga altera completamente a Constituição de 1948, na qual agora o corpo central é o executivo. Todavia, esta não é a única mudança radical na maneira como funciona o sistema político. O papel dos deputados também é amplamente alterado. O número de parlamentares é profundamente reduzido, tal como a sua independência, “um mandato vinculativo deve ser introduzido para evitar que os deputados mudem de partidos durante o seu mandato” (Liga, 2018: 21). Por último, é proposto também o fortalecimento do instrumento do referendo no sentido de “abolir o quórum mínimo para a sua validade e aumentar assim a sua eficácia” (Liga, 2018: 21).

No projeto de reformulação institucional proposto pela Liga, o povo/comunidade deve tornar-se a primeira fonte de todas as legitimações e, portanto, o Estado de Direito deve ser substituído por um regime plebiscitário em que a inspiração parece ser, de alguma forma, a do constitucionalista alemão Carl Schmitt (2004, primeira edição 1932: 150-160): poder fortalecido do referendo, eleição direta do chefe do executivo e do Estado, o papel dos deputados, que já não deve ser baseado numa delegação mas sim numa espécie de procuração e, por fim, a limitação da independência dos juízes, cuja ação deve estar fortemente dependente da vontade do povo, sendo submetidos ao escrutínio do povo. Aparentemente, o projeto de revisão constitucional elaborado pela Liga tem linhas de continuidade com o modelo institucional dos Estados Unidos de América. Todavia, ele difere bastante na quase total ausência dos fortes *check and balances* que caracterizam a carta fundamental americana.

A retórica da soberania roubada é aqui transformada numa democracia iliberal diretamente exercida pelo Povo (com maiúscula) que já não é uma simples soma de cidadãos, mas sim uma comunidade espiritual, cujas raízes residem na religião cristã. Um regime que, como sublinha Nadia Urbinati (2014: 169), inevitavelmente conduz ao plebiscitarismo e a uma desfiguração da democracia.

Fratelli d'Italia (Irmãos de Itália)

O Irmãos de Itália (Fratelli d'Italia — FdI) foi fundado no final de dezembro de 2012 de uma cisão do partido de centro-direita Popolo della Libertà que, poucos anos antes, se tinha fundido numa única formação, o partido de Berlusconi Forza Italia (FI) e o do antigo ministro dos Negócios Estrangeiros Gianfranco Fini, Alleanza Nazionale (AN). No símbolo de FdI aparece a chama que relembra as raízes do antigo Movimento Sociale Italiano (MSI) no qual é estilizado o caixão de Mussolini, do qual emerge uma labareda. No desejo dos fundadores do FdI existe a vontade de manter a ligação com o antigo partido da “direita nacional”, muito embora os moldes organizacionais e o pensamento entre MSI e FdI sejam completamente diferentes.

Contrariamente ao que acontece com a Liga, o Irmãos de Itália assume a forma clássica de partido, embora nos seus estatutos esteja descrito, em coerência com a tradição do antigo MSI, como um movimento. Conforme o artigo 8.º do estatuto,

os órgãos do partido são oito: congresso, assembleia, conselho diretivo, coordenação política nacional, presidente, comissão nacional de garantia, secretário administrativo e comité administrativo (FdI, 2018b).

FdI e reforma institucional

Tal como outros partidos populistas, também o FdI é patrocinador de uma ampla revisão constitucional. E, à semelhança de outros partidos populistas, o objetivo destas reformas é o de fortalecer o poder central do Estado numa única figura — o Chefe de Estado — eleito diretamente pelo povo. No programa oficial proposto pelas eleições políticas, o apelo ao modelo presidencial é claro, e é associado ao desejo de construção de um Estado forte e centralizado, como era tradição na primeira fase da unificação italiana.

Em junho de 2018, um projeto mais concreto de reforma foi apresentado para avaliação à câmara dos deputados.¹¹ Se este projeto fosse aprovado, o Chefe de Estado passaria a ser “eleito diretamente” (parágrafo 2 da reforma do artigo 84.º) “por um período de cinco anos e pode ser reeleito só por mais um mandato”. Para ser eleito, o Chefe de Estado deve obter a maioria absoluta dos votos. Portanto, caso na primeira volta nenhum candidato consiga obter este resultado, está prevista uma segunda volta entre os dois candidatos mais votados.

O que é descrito no projeto de FdI no parlamento é um Chefe de Estado extremamente poderoso, uma vez que mantém, além das funções clássicas dos presidentes em regimes semipresidenciais, também o poder da defesa e da política estrangeira. Nomeia o primeiro-ministro e preside ao conselho de ministros.¹² O presidente do conselho, na tradição constitucional atual, é um *primus inter pares* e viria a ser substituído por um primeiro-ministro.¹³ O parlamento mantém o poder de destituir o governo, mas somente com a aprovação da moção de confiança de um novo executivo, tal como acontece no modelo alemão. Este instituto serve para fortalecer ulteriormente o poder do governo e evitar que, como acontece, diferentes forças se possam unir para simplesmente destituir o governo.¹⁴

Além do projeto para a reforma da eleição do Chefe de Estado, que tornaria Itália num modelo semipresidencial forte mais semelhante ao modelo francês de que português, está também prevista uma reforma eleitoral, maioritária, inspirada no modelo *First Past the Post*, turno único, com um bônus também associado para a coligação de partidos que obtém nas eleições mais de 40% dos votos, que viria a ter 54% dos deputados.¹⁵

11 “Proposta di Legge Costituzionale”, 11 de junho de 2018, n.º 716, acedido a 20 de março de 2022 e disponível em https://www.camera.it/leg18/995?sezione=documenti&tipoDoc=lavori_testo_pdl&idLegislatura=18&codice=leg.18.pdl.camera.716.18PDL0015210&back_to=http://www.camera.it/leg18/126?tab=2-e-leg=18-e-idDocumento=716-e-sede=e-tipo=

12 (*idem*) Art.º 8.º modifica art.º 92.º

13 (*ibidem*) Art.º 9.º, 93.º

14 (*ibidem*) Art.º 10.º, 94.º

O que FdI delinea é fundamentalmente um executivo que tem contrapesos nas instituições muito fracos. Embora de matriz relativamente diferente e com soluções nem sempre iguais, no modelo arquetípico dos novos regimes autoritários competitivos, os *check and balances* e os instrumentos de limitação do poder da tradição liberal tendem a desaparecer, substituídos por uma nova visão de soberania popular extremamente poderosa que se consubstancia no poder executivo sem intermediários.

Conclusões

Como vimos na introdução, a representação sofre um contínuo e constante processo de transformação que é consequência da transformação social e histórica dos seus quatro elementos: representados, representantes, tecnologia e instituições. Estas transformações podem acontecer dentro do regime ou podem conduzir a uma transformação do regime.

O modelo liberal, portanto, não é necessariamente a única forma de representação. Não o foi, aliás, no passado, com os casos que, embora tenham fracassado, concorreram para a legitimidade da representação, como o fascismo italiano e o modelo corporativo que, até 1942, parecia ser mais atrativo do que o liberalismo ou do que as democracias liberais. Recentemente, estão em desenvolvimento, de um modo mais ou menos concreto, novas formas alternativas, desta vez dentro do campo democrático, uma delas é o modelo populista. Itália é, neste sentido, um campo de estudo relevante já que, de entre os países da Europa ocidental é, desde 2013, o país que tem os partidos populistas com maior sucesso eleitoral.

Fatores externos modificaram profundamente os equilíbrios internos ao sistema político. Vimos como a crise económica obrigou os partidos *mainstream* a unirem-se em torno de um governo tecnocrático liderado por Mario Monti, um professor universitário. As medidas de cortes na despesa pública, o aumento da instabilidade e do desemprego, junto com um aumento consistente dos impostos, fizeram com que a opinião pública se afastasse dos partidos tradicionais. Um governo de união nacional, por assim dizer, abriu espaço para novas tipologias de oposição, não dentro do sistema, mas que apelam abertamente a uma mudança do sistema. Na base daquele que é um dos maiores terremotos desde 1945, não esteve apenas a crise económica que contribuiu para uma alteração consistente dos equilíbrios, mas também o profundo desenvolvimento tecnológico, nomeadamente as redes sociais, que permitiram novas formas de representação, por um lado, e difundiram a ideia de que, de alguma forma, a delegação já não era necessária e que existia a possibilidade de formas de democracia direta e os níveis de escolaridade dos cidadãos eram de tal ordem que as formas de participação ativa nos processos de decisão política se tornavam justas e necessárias.

15 “Legge elettorale, Meloni: no a proporzionale salva-inciuicio”, acedido a 20 de março de 2022 e disponível em: https://www.askanews.it/politica/2020/07/16/l-elettorale-meloni-no-a-proporzionale-salva-inciuicio-pn_20200716_00127/

Vimos como o primeiro partido a revolucionar o sistema político foi, em 2013, o Movimento 5 Estrelas. Uma formação que, embora esteja agora a viver um percurso de completa transformação, quando nasceu era patrocinadora de um modelo de democracia direta e participativa: direta, a partir de instrumentos ligados à *internet*; participativa, graças aos grupos de *Meet Up* que permitiam aos cidadãos organizar-se a nível local.

A segunda vaga de mudanças desenvolveu-se a dois níveis: o primeiro foi a afirmação da nova Liga, fundada por Matteo Salvini, que passou de ser patrocinadora de reformas regionalistas, a soberanista e nacionalista. Neste sentido, a Liga aproximou-se dos partidos que governam os países da aliança de Visegrád, seja do ponto de vista da ideologia, seja do ponto de vista da infraestrutura institucional que foi implementada em alguns destes países.¹⁶ A segunda vaga, ainda por acontecer e cuja dimensão é ainda difícil de antever, corresponde ao forte desenvolvimento de um segundo partido de direita populista, Irmãos de Itália (Fratelli d'Italia — FdI). Também neste caso há um projeto de reformas institucionais que são semelhantes às da Liga e, em todo o caso, inspiradas nos mesmos princípios das chamadas democracias iliberais.

Estas democracias recusam os princípios de mediação típicos do parlamentarismo e reforçam a ligação direta e sem intermediários entre os cidadãos e o poder. São dois os elementos que, neste sentido, aparecem como centrais nos partidos de direita: o primeiro é a eleição direta de uma figura de topo; e o segundo é o instituto do referendo que deve ser reforçado e simplificado. De acordo com estes projetos, também se modifica o sentido da função dos deputados. De representantes da nação independentes e sem vínculos, como é o caso das democracias liberais, passam a ter formas mais ou menos apertadas de vínculo com os eleitores. No caso do Movimento 5 Estrelas, por exemplo, os seguidores do M5S podiam pedir a demissão, em caso de desrespeito de algumas das regras por parte dos seus deputados.

O plebiscitarismo é uma das possíveis derivas implícitas destes modelos de democracia, embora com tonalidades claramente muito diferentes, a ideia da democracia populista é a de que não podem existir organismos que contradigam ou travem a vontade e a soberania do povo. Portanto, também os *check and balances*, típicos dos modelos liberais, são tendencialmente abolidos ou reduzidos nas suas formas de funcionamento. É, por exemplo, o caso do programa dos Irmãos de Itália que propõe que as nomeações dos juizes da corte constitucional sejam feitas somente por corpos políticos e não judiciais.

A crise da representatividade e os modelos de democracia populista exercem influência além dos partidos abertamente populistas e obrigam os partidos *mainstream* a assumir alguns dos argumentos dos partidos populistas. São dois os exemplos de reformas aprovadas também pelos partidos *mainstreams*. O primeiro é a redução do número de deputados que foi recentemente votada e aprovada pelo

16 O grupo de Visegrád é uma aliança entre a Chéquia, Húngria, Polónia e Eslováquia, todos membros da União Europeia e da Nato. Caracteriza-se por ter uma atitude relutante em relação à imigração e, no que diz respeito à Húngria e Polónia, de afastamento dos paradigmas da democracia-liberal. Ver <https://www.politico.eu/article/central-europe-divided-visegrad-v4-alliance/>, acessado a 20 de março de 2022.

parlamento.¹⁷ O segundo é a aprovação da reforma que permite a possibilidade de assinar referendos também por via telemática, o que determinou uma maior facilidade em atingir o número mínimo de assinaturas e de “ultrapassar a relutância dos partidos em enfrentar temas controversos”.¹⁸

Como foi referido, existe uma mútua influência entre quatro planos no processo de representação: representados, que cada vez mais desconfiam dos partidos tradicionais. Os representantes, que cada vez mais são patrocinadores de modelos alternativos de democracia e que pertencem a partidos bastante fluidos, sobretudo nos seus níveis de consistência eleitoral. A tecnologia. Veja-se que, recentemente, a plataforma *Telegram* foi a base do desenvolvimento de um movimento muito consistente de luta contra a vacinação e contra a obrigatoriedade do *green pass* para muitas atividades, entre as quais o trabalho.¹⁹ Este movimento teve um ambíguo e parcial apoio dos partidos da direita populista como a Liga, mais aberto, e Irmãos da Itália. Tanto Meloni como Salvini tentaram capitalizar o consenso que estes movimentos tiveram. Juntos, Liga e Irmãos da Itália, somam 40% dos votos. Foi por essa razão que, após a última crise do governo de Conte, no início de 2021, para evitar eleições, o Presidente da República Sergio Mattarella nomeou Mario Draghi como presidente do conselho, num governo composto por todos os partidos, exceto Irmãos de Itália.

Referências bibliográficas

- Adinolfi, Goffredo (2016), “O Movimento 5 Estrelas e a lei férrea da oligarquia”; R:I, 50, pp. 71-85.
- Adinolfi, Goffredo (2018), “O desafio populista à democracia representativa: a Venezuela chavista e o Movimento 5 Estrelas”, *Análise Social*, 227, liii (2), pp. 388-414.
- Adinolfi, Goffredo (2020), “Populism and anti-liberal thought: Lega and M5S in the Italian context”. *Conhecer: Debate entre O Público E O Privado*, 10 (24), pp. 141-163, <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.24.2676>.
- Adinolfi, Goffredo (2021), “Continuities and discontinuities in the processes of elite recruitment: the Italian political field between authoritarianism and democratic regime”, *Topoi: An International Review of Philosophy*, pp. 79-92, <https://doi.org/10.1007/s11245-021-09782-x>.
- Al-Ghazzi, Omar (2021), “We will be great again: historical victimhood in populist discourse”, *European Journal of Cultural Studies*, 24, pp. 45-59, <https://doi.org/10.1177/1367549420985851>.

17 https://www.repubblica.it/politica/2019/10/08/news/taglio_dei_parlamentari_voto_finale_alla_camera-237966883/, acessado a 20 de março de 2022.

18 Referendum, “La firma digitale scardina la ritrosia del parlamento sui temi divisivi”, https://www.huffingtonpost.it/entry/la-firma-digitale-scardina-la-ritrosia-del-parlamento-sui-temi-divisivi_it_6147171ce4b077b735e6e151/, acessado a 20 de março de 2022.

19 O *green pass* é concedido exclusivamente aos que têm a vacinação completa ou que apresentem um teste negativo à covid 19 a cada 48 horas, dito de outra forma, há uma obrigatoriedade implícita de vacinação, já que os testes são pagos.

- Ballacci, Giuseppe (2019), "Representing judgment — judging representation: rhetoric, judgment and ethos in democratic representation", *Contemporary Political Theory*, 18, pp. 519-540.
- Bellucci, Paolo e Paolo Segatti (2013), *Voto Amaro Disincanto e Crisi Economica nelle Elezioni del 2013*, Bologna, il Mulino.
- Biorcio, Roberto (2015), *Gli Attivisti del Movimento 5 Stelle, dal Web al Territorio*, Milão, FrancoAngeli.
- Biorcio, Roberto e Paolo Natala (2013), *Politica a 5 Stelle, Idee, Storia e Strategie del Movimento di Grillo*, Milão, Feltrinelli.
- Bordigon, Fabio e Luigi Ceccarini (2015), "The Five-Star Movement: a hybrid actor in the net of state institutions", *Journal of Modern Italian Studies*, 20 (4).
- Caiani, Manuela e Tiago Carvalho (2021), "The use of religion by populist parties: the case of Italy and its broader implications", *Religion, State and Society*, 49, pp. 211-230.
- Casaleggio, Gianroberto e Beppe Grillo (2011), *Siamo in Guerra*, Milão, Chiarelettere.
- Corbetta, Piergiorgio, Pasquale Colloca, Nicoletta Cavazza, e Michele Roccato (2018), "Lega and Five-star Movement voters: exploring the role of cultural, economic and political bewilderment." *Contemporary Italian Politics*, 10 (3), pp. 279-293, doi:10.1080/23248823.2018.1524678.
- Corbetta, Piergiorgio e Elisabetta Gualmini (2013), *Il Partito di Grillo*, Bologna, Il Mulino.
- De Blasio, Emiliana e Michele Sorice, (2020), "Technopopulism and direct representation", em *Multiple Populisms, Italy as Democracy's Mirror*, Paul Blokker e Manuel Anselmi (orgs.), Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 127-147.
- Diamanti, Ilvo (2014), "The 5 Star Movement: a political laboratory", *Contemporary Italian Politics*, 6 (1), pp. 4-15.
- Eatwell, Roger e Matthew Goodwin (2018), *The Revolt Against Liberal Democracy*, Londres, Pelican Book.
- Gerbaudo, Paolo (2019), "Are digital parties more democratic than traditional parties? Evaluating Podemos and Movimento 5 Stelle's online decision-making platforms", *Party Politics*, pp. 1-13, doi: 10.1177/1354068819884878.
- Irmãos de Itália (2017), "Tesi di Trieste", disponível em <https://www.fratelli-italia.it/le-tesi-trieste/>, última consulta em março de 2022.
- Irmãos de Itália (2018a), "Il Voto che unisce l'Italia", disponível em <https://www.fratelli-italia.it/programma.pdf>, última consulta em março de 2022.
- Irmãos de Itália (2018b), "Statuto", disponível em https://www.fratelli-italia.it/wp-content/uploads/2019/11/Statuto_registrato_il_31.10.19.pdf, última consulta em março de 2022.
- Irmãos de Itália (2019), "Programma per le elezioni Europee", disponível em <https://www.fratelli-italia.it/programma-europee/>, última consulta em março de 2022.
- Laclau, Ernesto (2005), *On Populist Reason*, Londres e Nova Iorque, Verso.
- Liga, (2014), "Elezioni Europee 25 Maggio 2014", disponível em <https://www.leganord.org/phocadownload/elezioni/europee/Programma%20eletto%20rale%20europee%202014.pdf>, última consulta em março de 2022.
- Liga, (2015). "Statuto della Lega Nord per l'indipendenza della padania", disponível em <https://www.leganord.org/phocadownload/ilmovimento/statuto/Statuto.pdf>, última consulta em março de 2022.

- Liga, (2018). "National Electoral Manifesto: Salvini premier: la rivoluzione del buonsenso", disponível em <https://www.leganord.org/component/tags/tag/programma-elettorale>, última consulta em março de 2022.
- McDonnell, Duncan (2016), "The Lega Nord: the new saviour of Northern Italy", em Nadia Marzouki, Duncan McDonnell, Oliver Roy (orgs.), *Saving the People, How Populists Hijack Religion*, Londres, Hurst & Company, pp. 13-28.
- Modigliani, Sergio Di Cori (2014), *Vinciamo Noi, Chi Siamo e Quale Europa Vogliamo*, E-book Adagio.
- MoVimento 5 Stelle (M5S, 2013), *Programma*, disponível em https://www1.interno.gov.it/mininterno/export/sites/default/it/assets/files/25_elezioni/6_MOVIMENTO_5_STELLE.PDF, última consulta em março de 2022.
- MoVimento 5 Stelle (M5S, 2015), *Non statuto*, disponível em https://www.politicalpartydb.org/wp-content/uploads/Statutes/Italy/IT_M5S_2009.pdf, última consulta em março de 2022.
- Mudde, Cas e Cristóbal Rovira Kaltwasser (2017), *Populism: a Very Short Introduction*, Oxford, Oxford University Press.
- Paxton, Robert O. (1998), "The Five Stages of Fascism", *The Journal of Modern History*, 70 (1), pp. 1-232, <https://doi.org/10.1086/235001>.
- Pitkin, Hanna (1967), *The Concept of Representation*, Berkeley, University of California Press.
- Russo, Federico e Luca Verzichelli (2020), "Representation in the Italian Parliament", em André Freire, Mélanie Barragán, Xavier Coller, Marco Lisi e Emmanouil Tsatsanis (orgs.), *Political Representation in Southern Europe and Latin America Before and After the Great Recession and the Commodity Crisis*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 50-65.
- Saward, Michael (2010), *The Representative Claim*, Oxford, Oxford University Press.
- Schmitt, Carl. (2004 [1932]), *Legality and Legitimacy*, Duke, Duke University Press.
- Sem autor, "Beppe Grillo e parlamentarie 5 stelle: 95mila votanti, 31 liste e 17 guidate da donne", *La Repubblica*, disponível em: http://www.huffingtonpost.it/2012/12/07/beppe-grillo-eletti-m5s_n_2255268.html, consultado em 8 de março de 2022.
- Taguieff, Pierre-André (2012), *Le Nouveau National-Populisme*, Paris, Cnrs.
- Urbinati, Nadia (2014), *Democracy Disfigured, Opinion, Truth, and the People*, Cambridge, Londres, Harvard University Press.
- Zulianello, Mattia (2019), *Anti-System Parties, From Parliamentary Breakthrough to Government*, Londres e Nova Iorque, Routledge.